

ÍNDICE GERAL

▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	26
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	29
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.....	99
EMENDAS CONSTITUCIONAIS.....	119
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CRFB/1988 E DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	128

▪ CÓDIGO CIVIL

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942	168
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL.....	171
CÓDIGO CIVIL – LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	181
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO CIVIL.....	287

▪ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	316
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	324
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	399

▪ CÓDIGO PENAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL	432
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.914, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1941	436
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	438
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL.....	474

▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	496
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941	500
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941	501
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	555

▪ CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	580
CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL – LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966.....	583
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	602

▪ CÓDIGO PENAL MILITAR

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL MILITAR	608
CÓDIGO PENAL MILITAR – DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969	611
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL MILITAR	640

▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	646
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR – DECRETO-LEI Nº 1.002, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969	650
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	695

▪ CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	700
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990	701
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	714

▪ CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	720
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997	721
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	760

▪ CÓDIGO FLORESTAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO FLORESTAL	768
CÓDIGO FLORESTAL – LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012	769
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO FLORESTAL	783

▪ ESTATUTOS

ESTATUTO DO ÍNDIO – LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973	788
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990	792
ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB – LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994	822
REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB	834
CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB – RESOLUÇÃO Nº 02/2015, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB	848
ESTATUTO DA CIDADE – LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001	855
ESTATUTO DA PESSOA IDOSA – LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	861
ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003	869
ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL – LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010	874
ESTATUTO DA JUVENTUDE – LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013	879
ESTATUTO DAS GUARDAS MUNICIPAIS – LEI Nº 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014	884
ESTATUTO DA METRÓPOLE – LEI Nº 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015	886
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015	889
ESTATUTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA – LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016	899

ESTATUTO JURÍDICO DA EMPRESA PÚBLICA, DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS – LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016	902
▪ LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL	
DECLARAÇÕES INTERNACIONAIS	
DECLARAÇÃO AMERICANA DOS DIREITOS E DEVERES DO HOMEM	918
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DE 1948	920
DECLARAÇÃO DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DE JUSTIÇA RELATIVOS ÀS VÍTIMAS DA CRIMINALIDADE E DE ABUSO DE PODER	958
DECLARAÇÃO DE PEQUIM ADOTADA PELA QUARTA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS MULHERES: AÇÃO PARA IGUALDADE, DESENVOLVIMENTO E PAZ (1995)	1003
DECLARAÇÃO SOBRE O DIREITO E A RESPONSABILIDADE DOS INDIVÍDUOS, GRUPOS OU ÓRGÃOS DA SOCIEDADE DE PROMOVER E PROTEGER OS DIREITOS HUMANOS E LIBERDADES FUNDAMENTAIS UNIVERSALMENTE RECONHECIDOS (DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS)	1008
CONVENÇÕES INTERNACIONAIS	
CONVENÇÃO PARA PREVENÇÃO E REPRESSÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO (1948) - DECRETO Nº 30.822, DE 6 DE MAIO DE 1952	922
CONVENÇÃO PARA A REPRESSÃO DO TRÁFICO DE PESSOAS E DO LENOCÍNIO- DECRETO Nº 46.981, DE 8 DE OUTUBRO DE 1959	931
CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS - DECRETO Nº 50.215, DE 28 DE JANEIRO DE 1961	934
PROTOCOLO SOBRE O ESTATUTO DOS REFUGIADOS - DECRETO Nº 70.946, DE 7 DE AGOSTO DE 1972	939
CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS - DECRETO Nº 56.435, DE 8 DE JUNHO DE 1965	941
CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE RELAÇÕES CONSULARES - DECRETO Nº 61.078, DE 26 DE JULHO DE 1967	945
CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL - DECRETO Nº 65.810, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1969	953
CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR E PUNIR A TORTURA - DECRETO Nº 98.386, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1989	960
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA - DECRETO Nº 99.710, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1990	962
CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA - DECRETO Nº 40, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1991	969
CONVENÇÃO CONTRA O TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES - DECRETO Nº 154, DE 26 DE JUNHO DE 1991	974
CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - DECRETO Nº 1.973, DE 1º DE AGOSTO DE 1996	1005
CONVENÇÃO PARA PREVENIR E PUNIR OS ATOS DE TERRORISMO CONFIGURADOS EM DELITOS CONTRA AS PESSOAS E A EXTORSÃO CONEXA, QUANDO TIVEREM ELES TRANSCENDÊNCIA INTERNACIONAL - DECRETO Nº 3.018, DE 6 DE ABRIL DE 1999	1011
CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER - DECRETO Nº 4.377, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002	1016
CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA A CORRUPÇÃO - DECRETO Nº 4.410, DE 7 DE OUTUBRO DE 2002	1043
CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL - DECRETO Nº 5.015, DE 12 DE MARÇO DE 2004	1047

CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA O TERRORISMO - DECRETO Nº 5.639, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2005	1061
CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO - DECRETO Nº 5.687, DE 31 DE JANEIRO DE 2006	1064
CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEU PROTOCOLO FACULTATIVO - DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009	1083
CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA O RACISMO, A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E FORMAS CORRELATAS DE INTOLERÂNCIA - DECRETO Nº 10.932, DE 10 DE JANEIRO DE 2022	1102
CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO - DECRETO Nº 11.491, DE 12 DE ABRIL DE 2023	1111

PACTOS INTERNACIONAIS

PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS ECONÔMICOS SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC - 1966) - DECRETO Nº 591, DE 6 DE JULHO DE 1992	984
PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP - 1966) - DECRETO Nº 592, DE 6 DE JULHO DE 1992	988
PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA - DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992	994

PROTOCOLOS INTERNACIONAIS

PROTOCOLO FACULTATIVO À CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER - DECRETO Nº 4.316, DE 30 DE JULHO DE 2002	1013
PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL RELATIVO À PREVENÇÃO, REPRESSÃO E PUNIÇÃO DO TRÁFICO DE PESSOAS, EM ESPECIAL MULHERES E CRIANÇAS - DECRETO Nº 5.017, DE 12 DE MARÇO DE 2004	1057
PROTOCOLO CONTRA A FABRICAÇÃO E O TRÁFICO ILÍCITO DE ARMAS DE FOGO, SUAS PEÇAS, COMPONENTES E MUNIÇÕES - DECRETO Nº 5.941, DE 26 DE OUTUBRO DE 2006	1079

TRATADO

TRATADO SOBRE O COMÉRCIO DE ARMAS - DECRETO Nº 11.173, DE 15 DE AGOSTO DE 2022	1106
--	------

NORMAS CORRELATAS

REGRAS MÍNIMAS PARA O TRATAMENTO DOS RECLUSOS	924
CÓDIGO DE CONDUTA PARA OS FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO DA LEI	957
ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL - DECRETO Nº 4.388, DE 25 DE SETEMBRO DE 2002	1020
PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - PNDH-3 - DECRETO Nº 7.037, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009	1093
CONSTITUIÇÃO DA OIT - DECRETO Nº 10.088, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019	1094

▪ LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	1121
-------------------------------	------

▪ SÚMULAS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	1501
SÚMULAS VINCULANTES	1501
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	1504
SÚMULAS	1504

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1517
SÚMULAS	1517
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	1532
SÚMULAS	1532
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	1533
SÚMULAS	1533
▪ REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (EXCERTOS)	
REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (EXCERTOS)	1537
▪ REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DO SENADO FEDERAL (EXCERTOS)	
REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DO SENADO (EXCERTOS)	1538
▪ EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DOS CÓDIGOS	
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	1542
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA NOVA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL – LEI Nº 7.209, DE 11 DE JULHO DE 1984	1548
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	1554
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	1561

ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

Normas Organizadas Cronologicamente

▪ DECRETOS

DECRETO Nº 20.910, DE 6 DE JANEIRO DE 1932.....	1122
<i>Regula a prescrição quinquenal.</i>	
DECRETO Nº 70.235, DE 6 DE MARÇO DE 1972	1153
<i>Dispõe sobre o processo administrativo fiscal e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 3.897, DE 24 DE AGOSTO 2001.....	1306
<i>Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 5.289, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2004	1309
<i>Disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 8.858, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016.....	1373
<i>Regulamenta o disposto no art. 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.</i>	
DECRETO Nº 8.945, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016	1375
<i>Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</i>	
DECRETO Nº 9.277, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018.....	1400
<i>Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório.</i>	
DECRETO Nº 9.489, DE 30 DE AGOSTO DE 2018	1415
<i>Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estrutura e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.</i>	
DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	1422
<i>Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.</i>	
DECRETO Nº 10.030, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019 (EXCERTOS)	1427
<i>Aprova o Regulamento de Produtos Controlados.</i>	
DECRETO Nº 11.615, DE 21 DE JULHO DE 2023	1468
<i>Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas - Sinarm.</i>	
DECRETO Nº 11.640, DE 16 DE AGOSTO DE 2023	1479
<i>Institui o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios.</i>	
DECRETO Nº 12.341, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024	1491
<i>Regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.</i>	

DECRETO Nº 12.622, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025	1497
<i>Regulamenta a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, para designar a Agência Nacional de Proteção de Dados como autoridade administrativa autônoma de proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e estabelecer competências para cumprimento de ordens judiciais de bloqueio.</i>	
▪ DECRETOS-LEI	
DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941	1122
<i>Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941	1125
<i>Lei das Contravenções Penais</i>	
DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967	1140
<i>Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967	1151
<i>Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.</i>	
▪ LEIS	
LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950	1128
<i>Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.</i>	
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950	1128
<i>Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.</i>	
LEI Nº 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951	1133
<i>Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.</i>	
LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952	1134
<i>Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.</i>	
LEI Nº 2.889, DE 1º DE OUTUBRO DE 1956.....	1134
<i>Define e pune o crime de genocídio.</i>	
LEI Nº 4.132, DE 10 DE SETEMBRO DE 1962	1135
<i>Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.</i>	
LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965	1135
<i>Regula a ação popular.</i>	
LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965 (EXCERTOS)	1137
<i>Institui o Código Eleitoral.</i>	
LEI Nº 5.553, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1968	1153
<i>Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal.</i>	
LEI Nº 5.970, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1973	1158
<i>Exclui da aplicação do disposto nos artigos 6º, inciso I, 64 e 169, do Código de Processo Penal, os casos de acidente de trânsito, e, dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979 (EXCERTOS)	1158
<i>Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980	1159
<i>Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981	1162
<i>Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.....	1165
<i>Institui a Lei de Execução Penal.</i>	
LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985.....	1178
<i>Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986.....	1179
<i>Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989	1181
<i>Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.</i>	
LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989	1182
<i>Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989	1183
<i>Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989	1184
<i>Dispõe sobre prisão temporária.</i>	
LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990	1189
<i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990.....	1190
<i>Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.</i>	
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	1191
<i>Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.</i>	
LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990	1207
<i>Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991	1209
<i>Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis.</i>	
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.....	1209
<i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei 14.230/2021)</i>	
LEI Nº 8.653, DE 10 DE MAIO DE 1993	1214
<i>Dispõe sobre o transporte de presos, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.658, DE 26 DE MAIO DE 1993	1214
<i>Dispõe sobre a aplicação, nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais, das normas da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, sobre ações penais originárias.</i>	
LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995	1215
<i>Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995	1219
<i>Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995	1219
<i>Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995	1226
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.266, DE 15 DE MARÇO DE 1996	1231
<i>Reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996	1231
<i>Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.</i>	
LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996.....	1243
<i>Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997	1244
<i>Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997	1246
<i>Define os crimes de tortura e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997.....	1246
<i>Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.</i>	
LEI Nº 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997	1248
<i>Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997	1249
<i>Estabelece normas para as eleições.</i>	
LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997	1265
<i>Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.</i>	
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998	1266
<i>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998	1272
<i>Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998	1273
<i>Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998	1281
<i>Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998	1284
<i>Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998	1286
<i>Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.</i>	

LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999	1287
<i>Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.</i>	
LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999	1290
<i>Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999	1292
<i>Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.</i>	
LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999	1294
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999	1296
<i>Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999	1296
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.883, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1999	1297
<i>Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000	1298
<i>Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.001, DE 4 DE SETEMBRO DE 2000	1303
<i>Dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito.</i>	
LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001	1305
<i>Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.</i>	
LEI Nº 10.357, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001	1307
<i>Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.446, DE 8 DE MAIO DE 2002	1308
<i>Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição.</i>	
LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004	1310
<i>Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.</i>	
LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 (EXCERTOS)	1314
<i>Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.</i>	
LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005	1316
<i>Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005	1320
<i>Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006	1322
<i>Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal); e dá outras providências (Lei Maria da Penha).</i>	
LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006	1326
<i>Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	1334
<i>Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.473, DE 10 DE MAIO DE 2007	1334
<i>Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública e revoga a Lei 10.277, de 10 de setembro de 2001.</i>	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009	1337
<i>Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009	1339
<i>Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011	1340
<i>Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.</i>	
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	1342
<i>Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.562, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011	1346
<i>Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 12.694, DE 24 DE JULHO DE 2012	1347
<i>Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013	1347
<i>Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.</i>	
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	1348
<i>Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013	1350
<i>Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014	1353
<i>Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.</i>	
LEI Nº 12.984, DE 2 DE JUNHO DE 2014	1356
<i>Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS.</i>	
LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014	1356
<i>Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)</i>	
LEI Nº 13.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014	1365
<i>Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional.</i>	
LEI Nº 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015	1365
<i>Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.</i>	
LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016	1371
<i>Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.</i>	
LEI Nº 13.271, DE 15 DE ABRIL DE 2016	1372
<i>Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.</i>	
LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016	1373
<i>Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016	1374
<i>Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017	1382
<i>Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	
LEI Nº 13.432, DE 11 DE ABRIL DE 2017	1385
<i>Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular.</i>	
LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017	1385
<i>Institui a Lei de Migração.</i>	
LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017	1393
<i>Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.</i>	
LEI Nº 13.608, DE 10 DE JANEIRO DE 2018	1399
<i>Dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais; e altera o art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para esses fins.</i>	

LEI Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018.....	1400
<i>Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.</i>	
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	1407
<i>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Ementa com redação dada pela Lei 13.853/2019)</i>	
LEI Nº 13.812, DE 16 DE MARÇO DE 2019	1421
<i>Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	
LEI Nº 13.819, DE 26 DE ABRIL DE 2019	1422
<i>Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.</i>	
LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019	1425
<i>Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
LEI Nº 13.974, DE 7 DE JANEIRO DE 2020	1434
<i>Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.</i>	
LEI Nº 14.069, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020.....	1434
<i>Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.</i>	
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	1435
<i>Lei de Licitações e Contratos Administrativos</i>	
LEI Nº 14.188, DE 28 DE JULHO DE 2021.....	1462
<i>Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher.</i>	
LEI Nº 14.232, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021	1463
<i>Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO).</i>	
LEI Nº 14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022	1463
<i>Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.540, DE 3 DE ABRIL DE 2023	1466
<i>Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.</i>	
LEI Nº 14.541, DE 3 DE ABRIL DE 2023	1466
<i>Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.</i>	
LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (EXCERTOS)	1467
<i>Institui a Lei Geral do Esporte.</i>	

LEI Nº 14.735, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023	1481
<i>Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.967, DE 9 DE SETEMBRO DE 2024	1485
<i>Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 15.211, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025	1493
<i>Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente).</i>	
▪ LEIS COMPLEMENTARES	
LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990	1185
<i>Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001	1304
<i>Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.</i>	
▪ RESOLUÇÕES	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 59, DE 9 DE SETEMBRO DE 2008	1335
<i>Disciplina e uniformiza as rotinas visando ao aperfeiçoamento do procedimento de interceptação de comunicações telefônicas e de sistemas de informática e telemática nos órgãos jurisdicionais do Poder Judiciário, a que se refere a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 213, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015	1368
<i>Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas.</i>	
RESOLUÇÃO CNMP Nº 181, DE 7 DE AGOSTO DE 2017	1395
<i>Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo Ministério Público.</i>	
RESOLUÇÃO TSE Nº 23.640, DE 29 DE ABRIL DE 2021	1462
<i>Dispõe sobre a apuração de crimes eleitorais.</i>	